

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



SLOW FASHION: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE A NECESSIDADE DE COORDENAÇÃO

Gustavo Antonie Risso
Universidade Estadual de Maringá
gustavoarisso@hotmail.com

Clariana Ribeiro Nogueira
Universidade Estadual de Maringá
clariana.rib@gmail.com

Cristiane Nunes
Universidade Estadual de Maringá
nunes cristiane@hotmail.com

Maria Helena Riberio De Carvalho
Universidade Estadual de Maringá
mhrcarvalho2@uem.br

Eixo Temático: Gestão de organizações públicas, privadas e do terceiro setor

RESUMO

O mercado *slow fashion* surge como um movimento contrário ao modelo tradicional da cadeia produtiva – *fast fashion*. Sendo assim, é necessário que as indústrias do setor têxtil e vestuário repensem suas estratégias. Isso porque, o *slow fashion* parte de uma demanda do consumidor por produtos que sejam enquadrados num sistema produtivo que seja sustentável. Logo, aspectos ambientais, éticos e sociais passam a ser tratados junto aos demais critérios de competitividade, tais como qualidade. Ora, se o consumidor demanda determinados atributos, a produção deve direcionar esforços para atendê-los. Nesse sentido, o presente artigo buscou revelar a relevância da coordenação da cadeia produtiva do algodão para a competitividade do *Slow Fashion*. Os procedimentos metodológicos são baseados em pesquisa qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico amparado na coordenação de sistemas agroindustriais sob a ótica da Economia dos Custos de Transação como pano de fundo para discussão da coordenação das transações envolvendo produtores e compradores do algodão como matéria prima para produção de produtos a serem ofertados no mercado *slow fashion*. Destaca-se a necessidade de estruturas de governança do tipo híbrida para melhor competitividade da cadeia. Por fim, as contribuições desse estudo apresentam relevância em relação ao tema emergente de *Slow Fashion*, além de proporcionar avanço do conhecimento científico.

Palavras-chave: *fast fashion*; coordenação; competitividade; sustentabilidade; algodão.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 90, mudanças consideráveis têm sido observadas em vários setores da economia. Mudanças de ordem institucional e econômicas, como observadas por Farina (2003), têm impactado, sobretudo, na estruturação e reestruturação de Sistemas Agroindustriais no Brasil. A liberalização do comércio, a desregulamentação e a estabilização econômica resultaram num intenso movimento de fusões, aquisições, alianças estratégicas e mercadológicas (BELIK, 1995; FARINA, 2003). Por sua vez, isso resultou em uma nova estrutura de mercado. De maneira geral, mudou-se o padrão de demanda, a concentração industrial, as barreiras à mobilidade, bem como as relações entre fornecedores, compradores e concorrentes (FARINA, 2003; ARBAGE, 2004).

Se, por um lado, a reestruturação produtiva verificada a partir da década de 1990 viabilizou a competitividade de grandes produtores (commodities), por outro lado, como resultado do processo de globalização, tem se observado a criação de caminhos diferenciados visando à competitividade de pequenos produtores, inclusive em cadeias globais (WILKINSON, 2003; FLEXOR, 2006). Neste sentido, por exemplo, “a descomoditização com a criação de atributos de diferenciação tem sido apontada como uma forma de se evitar a concorrência preço [...]” (SAES, 2009, p. 173).

Cabe destacar que mercados com foco em diferenciação se articulam de maneira particularmente distintas dos mercados de commodities. A competitividade se dá, na maioria das vezes, por meio da demanda e distribuição de produtos e serviços que portam um diferencial, muitas vezes originada no segmento produtor. Assim, a qualidade normalmente é superior à qualidade oferecida nos mercados de commodities; a origem destes produtos é conhecida; sua produção é diferente e incorpora características específicas ao produto; constituem relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; entre outros (WILKINSON, 2003; FARINA; ZYLBERSZTAJN, 2003).

Dentre os diferentes tipos de sistemas de produção tido como diferenciados, na indústria da moda, destaca-se o *Slow Fashion*. Se por um lado, o *Fast Fashion*, modelo vigente na produção nacional, caracterize-se por uma produção em massa, com ciclos curtos, pouca durabilidade, uso de mão de obra barata e de pouca qualidade (LIMA, 2015). Por outro lado, contrário a isso, tem-se o *Slow fashion*, o seu conceito envolve a valorização e aproveitamento da mão de obra local, matérias primas de qualidade e produzidas de forma mais especializada, aspectos culturais e locais (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013). Descrito como moda verde, trabalha com conceitos éticos em seus âmbitos social, ambiental e econômico. Ora, fica

evidente que para se atender a demanda deste nicho de mercado, mediante os critérios preconizados e impressos pelo movimento *Slow Fashion*, faz-se necessária a coordenação entre os diferentes agentes inseridos neste mercado.

Zylbersztajn (1995) explica a relevância das formas de governança na coordenação e eficiência de Sistemas Agroindustriais, afirmando que estruturas de governança prevaletentes devem ser consequências da busca por maior eficiência, dadas as características das transações e do ambiente institucional em que se imperam as transações. Notadamente, o estudo dessas estruturas de governança tem suporte na Nova Economia Institucional (NEI) (ZYLBERSZTAJN, 2005; AZEVEDO, 2000), especialmente na corrente microanalítica da Economia dos Custos de Transação (ECT), sustentada nos trabalhos de Oliver Williamson (1985, 1991, 2002).

Deve-se entender que os sistemas devem se organizar para fornecer e garantir ao mercado consumidor os atributos conforme as especificações demandadas, sejam eles intrínsecos ou extrínsecos aos produtos (NEVES; CHADDAD; LAZZARINI, 2000), condição que se acentua para os sistemas diferenciados. No caso de transação envolvendo produtos para o *Slow Fashion*, entende-se que a demanda por critérios de ordem socioambiental e de qualidade somente será atendida por meio de uma adequada coordenação envolvendo os diferentes agentes para produção, distribuição e comercialização destes produtos.

Nesse sentido, entende-se que a construção da parceria comercial e a prevalência de melhores condições de troca e garantia dos direitos dos produtores, conforme preconiza o conceito de fair trade, necessariamente envolve a adoção de estruturas de governança apropriadas.

Considerando a necessidade de coordenação eficiente entre os agentes envolvidos no Sistema *FairTrade*, este trabalho toma como referência a os pressupostos da NEI. Entende-se que as especificidades dos ativos, a frequência e a incerteza tem influência especial nas transações Fair Trade, especialmente envolvendo produtores rurais e agentes a jusante. Sendo assim, levantou-se a seguinte questão de pesquisa: qual a relevância da coordenação da cadeia produtiva do algodão para a competitividade do *Slow Fashion*? O objetivo neste estudo consiste, então, em revelar a relevância da coordenação da cadeia produtiva do algodão para a competitividade do *Slow Fashion*.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, apresenta-se revisão teórica sobre ECT e *Slow Fashion*, na seção dois. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Os resultados são apresentados, discutidos e analisados na quarta seção, depois da qual se apresentam as considerações finais da pesquisa,

na seção cinco. Por fim, a seção seis contempla as referências utilizadas ao longo do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ECT – Economia Dos Custos De Transação

O interesse pelo estudo da coordenação em trabalhos sobre a organização das atividades agrícolas e seu desempenho tem sido crescente. Conforme apontado por Farina, Azevedo e Saes (1997), a liberdade das estratégias individuais para escolher as estruturas de governança mais eficientes não é suficiente para resolver todo o problema da coordenação e competitividade, faz-se necessário mais que isso. Isto é, a interdependência observada nas cadeias produtivas agroindustriais resulta na necessidade de governar de forma mais eficiente as relações entre os agentes nas diferentes etapas produtivas.

A busca por uma coordenação eficiente entre os agentes de uma determinada cadeia produtiva, que seja capaz de gerar e sustentar vantagem competitiva, portanto, é o desafio a ser vencido, especialmente na pequena produção. A abordagem de sistemas agroindustriais (SAG), usando como base o método proposto por Williamson (1985) e adotado por Zylbersztajn (1995) quando introduzida no Brasil na década de 1990, mostra-se adequada para a extrapolação deste desafio.

Isso porque, a sua dinâmica envolve a interação entre agentes da cadeia produtiva, desde a produção de insumos até o consumidor final, pontuando também os aspectos do ambiente institucional. Um traço relevante a se destacar, é que a visão de sistematização da agroindústria está embasada nos fundamentos da Nova Economia Institucional (NEI), atrelada ao notável artigo de Ronald Coase “*The Nature of the Firm*”, em 1937 (COASE, 1937).

Ratifica-se em Azevedo (2000) que embora o escopo teórico da NEI seja bastante genérico, ele é perfeitamente aplicável aos estudos da produção agrícola. Neste ponto, o conceito de coordenação de sistemas agroindustriais se apoia na adequação da estrutura de governança em relação às características ou atributos da transação à qual ela se vincula (AZEVEDO, 2000), e, utilizou-se do instrumental da NEI para tanto, mais especificamente a partir dos estudos abarcados pela Economia dos Custos de Transação (ECT).

Para isso, a ECT utiliza-se da transação como unidade básica de análise, por meio das quais são negociados direitos de propriedade, levando-se em conta o ambiente institucional (formal e informal), os pressupostos comportamentais (oportunismo e racionalidade limitada) e os atributos de transação (especificidade de ativos, frequência e incerteza)

(ZYLBERSZTAJN, 1995). O objetivo final é o alinhamento de estruturas de governança que assegurem os direitos transacionados a um menor custo de transação possível. São exemplos de estruturas de governança: o mercado spot, estruturas híbridas, como contratos de diversos tipos, e integração vertical (WILLIAMSON, 1985).

No geral, o mercado se mostrará como forma de estrutura de governança mais adequada para situações onde não exista grande assimetria de informações, em transações de produtos homogêneos (commodities), com muitos vendedores e muitos compradores (AZEVEDO, 2000; FARINA, 1999). No mercado, as trocas são motivadas pelo preço e não estabelecem relações de dependência, favorecendo ativos com baixos níveis de especificidade (WILLIAMSON, 1985). Além disso, ele é preferível a transações em que o Estado consiga garantir o direito de propriedade (FURUBOTN; RICHTER, 2000).

A decisão da firma pela integração vertical é direcionada na presença de investimentos específicos, incerteza do ambiente econômico e a possibilidade do comportamento oportunista dos agentes (WILLIAMSON, 1985). Nesta forma de transacionar, toda fabricação é feita internamente à firma, ou seja, é o oposto das transações via mercado. Utiliza-se esse tipo de transação, quando há o interesse por parte da firma em atingir um controle que, em alguns casos, só pode ser atingido ao se internalizar a produção (WILLIAMSON, 1985), bem como, também, à necessidade de salvaguardar as transações.

Por fim, sobre as formas híbridas, a partir do esquema desenvolvido pelo autor, observa-se que elas não oferecem custos tão elevados, se comparados aos custos necessários à firma para internalizar a produção, na presença de especificidade de ativos. E, quando comparadas ao mercado, mostram-se mais eficientes por garantir, por exemplo, o direito de propriedade, por meio das salvaguardas. Assim, Williamson (1991) explica que as formas híbridas apresentam propriedades distintas de mercado e hierarquia, por ser especializada em lidar com a dependência entre os agentes, sem ir tão longe quanto à hierarquia. Estas são requeridas, entre outras razões, quando há a necessidade de salvaguardar e/ou com a intenção de assegurar os benefícios do controle na presença de especificidade e incertezas, a um custo apropriado (WILLIAMSON, 2008; MÉNARD, 2004; MÉNARD; VALCESCHINI, 2005).

Em suma, pela Economia dos Custos de Transação, em termos organizacionais, as firmas enfrentam o dilema de comprar ou internalizar as atividades produtivas, decidindo sobre estruturas de governança. Conseqüentemente, para que a escolha de uma forma de governança que seja alinhada a transação em curso, faz-se necessário considerar os pressupostos comportamentais e os atributos da transação, bem como o nível de controle e salvaguarda a ser requerido na mesma. Isso porque são estes os fatores que direcionam a configuração da

estrutura de governança, sob a perspectiva da ECT. Considerando a necessidade de coordenação inerente aos sistemas de certificação de terceira parte, busca-se compreender as estruturas de governança entre os agentes, considerando a ECT, em seus atributos, especificidade de ativos, frequência e incerteza da cadeia.

2.2 SLOW FASHION: ORIGENS, CONCEITOS E CONSOLIDAÇÃO

O conceito *Slow* “lento” teve início na Itália, em 1986, no setor alimentício, após décadas de dominação das redes de *Fast Food*. O movimento *Slow Food* surgiu com intuito de retomar os prazeres de experimentar algo local e tradicional, sem ser afetado pela pressa cotidiana. Inspirado no *Slow Food* e contrário ao *Fast Fashion*, surge o *Slow Fashion* (FLETCHER; GROSE, 2011; (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013). No Brasil, notadamente, o *Slow Fashion* passou a ganhar espaço a partir da crise financeira do ano de 2008, devido ao fato de pesquisadores vê-lo como uma saída e passando a apontá-lo como tendência (MORELLI, 2010).

Logo, o *Slow Fashion* busca a desaceleração da produção e o aumento da vida útil e qualidade dos produtos de moda, bem como a procedência da matéria prima e a diminuição dos resíduos gerados pelos mesmos (REFOSCO; OENNING; NEVES, 2011). Nota-se que em seu conceito mais simples, o *Slow Fashion* define que a moda nesse sistema será feita em uma velocidade menor, com peças de qualidade, atemporais que serão guardadas e não descartadas. É interessante perceber que o *Slow Fashion* não se apresenta como apenas uma tendência, um processo passageiro, mas se propõe a um movimento e um novo estilo de vida (MORELLI, 2010).

De forma contrária ao funcionamento do *Fast Fashion*, segundo Pereira e Nogueira (2013), neste sistema, não há lançamentos constantes, pois todo o processo produtivo é projetado de forma mais lenta. Neste ponto, em relação ao processo produtivo, o movimento *Slow Fashion* ressalta que é preciso mudar algo em relação ao planejamento das coleções, da produção, dos calendários e também que valorize produtos que transcendam aquela tendência rápida e que possam durar por mais tempo, daí o apelo por produtos com uma qualidade relativamente maior que os produtos ofertados no *Fast Fashion*.

Para tanto, o *Slow Fashion* propõe uma abordagem em que designers, compradores, revendedores e consumidores são mais conscientes dos impactos de ordem ambiental e social (MORELLI, 2010). Como explica a autora, é preciso ressaltar, que o movimento luta para atingir a construção de um sistema sustentável como forma de consumo procurando agir de

forma ética com seus trabalhadores e utilizando insumos ecológicos. Portanto, deste conceito resulta a necessidade de uma adequada coordenação da cadeia produtiva dos produtos que serão comercializados mediante o conceito *slow*.

Dito de outra forma, o *Slow Fashion* começou a ser compreendido como um nicho de mercado, no qual consumidores passam a demandar por produtos com um apelo por conceitos sustentáveis. Isso porque, na moda a sustentabilidade deve ser aplicada para limitar a indústria, especialmente no que concerne a mão de obra barata, a geração de resíduos e o constante descarte de produtos de modo, resultado da alta volatilidade das tendências de moda. Ora, os consumidores demandam por produtos que, de fato, tenham sido produzidos a partir da lógica proposta pelo movimento, e faz-se necessário então garanti-los e assegurá-los.

Portanto, é possível se pensar em *Slow Fashion* mediante os pilares da sustentabilidade. Como relata Guimarães e Martins (2010) a sustentabilidade é baseada em um tripé, sendo o setor econômico, ambiental e social os principais pilares interligados. Dito de outra forma, tais conceitos se inter-relacionam, a fim de uma produção que seja ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

No que diz respeito, mais especificamente aos tecidos, o *Slow Fashion* propõe a utilização de tecidos nobres, naturais ou eco inteligentes, dando forma a um produto durável e de alta qualidade (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013), mas altamente mais especializado. Produtos com essa visão devem ser eficientes, duráveis e atemporais. Deve-se dar destaque aos que são desenvolvidos nacionalmente, estimulando a comunidade que o produz geralmente em pouca quantidade (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013).

Diante disso, o produto *Slow Fashion* costuma ser caracterizado como um produto sustentável, pois procura fazer o uso de insumos ecológicos e tratar os seus colaboradores com ética (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013), também buscando um apelo de origem. Nota-se que o movimento *slow* segue conceitos parecidos ao *fairtrade*, o qual consiste num selo que fixa um preço mínimo baseado no custo real da produção mais uma taxa extra destinada a projetos ambientais ou sociais que permite a continuidade da produção. Dessa forma a empresa estimula o trabalhador local e movimentam a comunidade onde vive (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013).

Tais considerações levam a reflexões de como o *Slow Fashion* sai dos padrões do atual modelo globalizado e de larga escala para negócios, e se apresenta como uma nova estrutura com formas a serem definidas ainda. Tendo em vista a consolidação a longo prazo de um negócio de moda operando dentro dos princípios éticos e sustentáveis, é necessária a combinação de estratégias que visem a proteção, a sustentação e a melhoria da utilização dos recursos humanos e naturais que serão necessários para o nosso futuro. Assim, quanto mais

sustentáveis, solidários e colaborativos forem os agentes envolvidos nas cadeias produtivas do *Slow Fashion*, melhores serão as perspectivas para o futuro destes novos modelos de negócio (PRADO, VALLOTTO, 2015).

3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. A pesquisa descritiva pode estabelecer relações entre variáveis e permitir, ao final da análise, novas visões sobre uma realidade já conhecida.

Para atingir ao objetivo almejado, empregou-se a pesquisa de caráter exploratório por envolver levantamento bibliográfico, desenvolvendo e esclarecendo conceitos e ideias, de forma a proporcionar uma visão geral do fato estudado (GIL, 1999). Para tanto, a pesquisa recorreu à utilização de matérias publicadas sobre o tema de estudo, desde publicações avulsas, periódicos e sites relacionados às questões da pesquisa, principalmente foram consultados livros e artigos científicos, a fim de alcançar o objetivo proposto (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Dessa forma, amparou-se no arcabouço teórico da Nova Economia Institucional, com a finalidade de revelar a relevância da coordenação da cadeia produtiva do algodão para a competitividade do *Slow Fashion*. Esse conjunto de informações permitiu um entendimento maior, além de um avanço na literatura sobre o assunto, proporcionando um avanço do conhecimento científico.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ao observar a coordenação e mais especificamente a transação do sistema agroindustrial de algodão *commodity*, temos que, como nos apresenta Souza (1999), a especificidade de ativos é uma característica fundamental para o estudo do sistema agroindustrial do algodão tendo em vista as exigências industriais e a possibilidade de assimetria de informações que envolvem a matéria-prima. Isto é, a fibra do algodão apresenta atributos de qualidade específicos exigidos pela indústria têxtil, tais como: o comprimento, uniformidade, finura e resistência etc, e é possível que agentes diferentes em uma mesma cadeia (produtores, compradores e vendedores), possuam informações distintas sobre os atributos dessa transação, uma vez que tais atributos não são observáveis sem um custo adicional para os

agentes (PINDYCK, 2002).

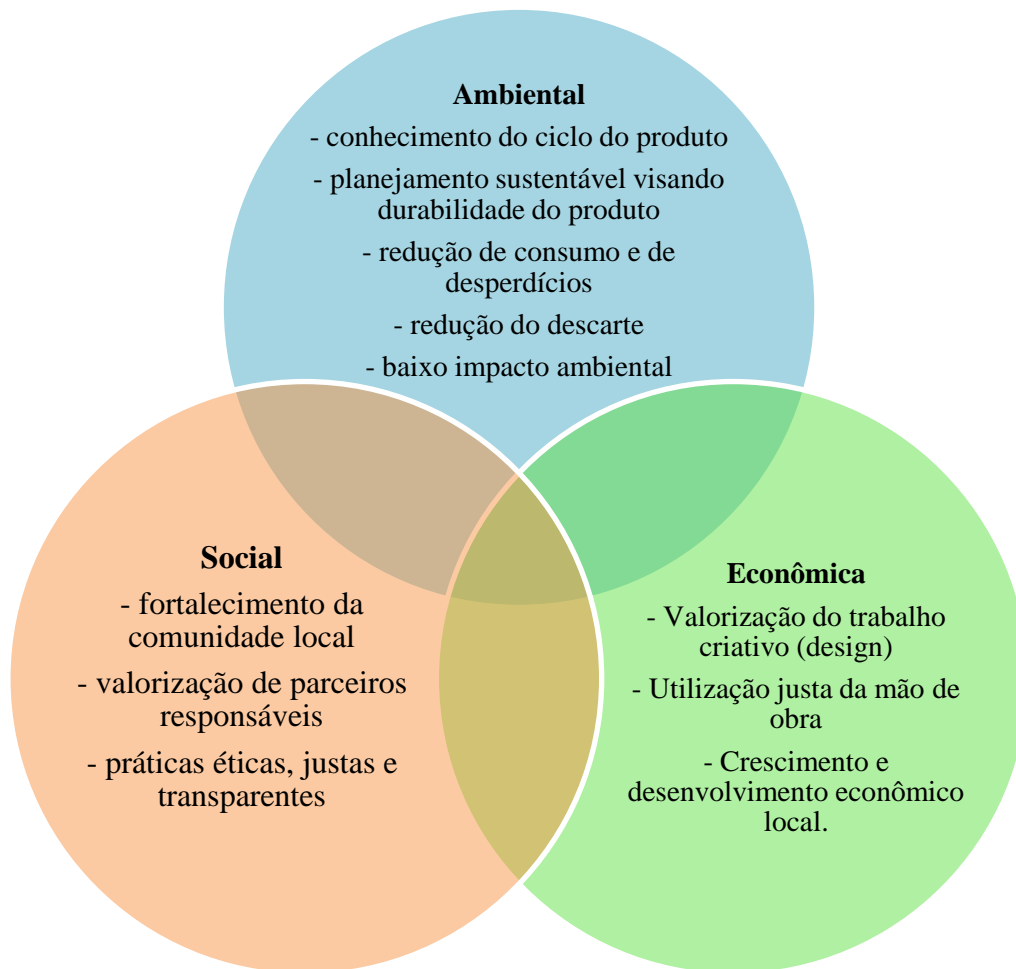
Ora, conforme preconizado por Williamson (1985, 1991, 2002), se o nível de especificidade de ativos for baixo, as transações ocorrem preferencialmente via mercado, como ocorre na maioria das transações realizadas com o algodão commodity, apesar de uma significativa especificidade de ativos estando em desacordo com os fundamentos da ECT (SOUZA, 1999).

Cabe ressaltar que, conforme explica Williamson (1985), a fim de que a governança fique devidamente alinhada, à medida em que a especificidade de ativos aumenta, as transações entre os agentes produtivos tendem a ocorrer através de contratos formais ou informais (formas híbridas). Se o ativo for altamente específico, as transações tendem a seguir para a integração vertical.

Deste modo, uma vez que o sistema agroindustrial tradicional predominante commodity foca no aspecto econômico, o *Slow Fashion*, na contramão dessas ideias possui valores sociais e ambientais incluídos na pauta de sua filosofia, portando tornam-se o ativo ainda mais específico, exigindo, então estruturas de governanças mais integradas, sejam elas formais ou informais, mas que sejam suficientes para assegurar os ativos transacionados.

Sobre esses ativos a serem transacionados na cadeia do *Slow Fashion*, a Figura 1 abaixo fundamenta a especificidade dos mesmos, facilitando a visualização de seus valores, os quais devem ser transmitidos desde a produção até o consumidor final para ter o valor agregado valorizado devidamente. Sendo assim, a produção do algodão, bem como as transações entre produtores e compradores de algodão precisam cumprir e assegurar tais conceitos.

Figura 1: Valores de sustentabilidade do Slow Fashion



Fonte: Elaborada pelos autores.

Portanto, evidencia-se que o *Slow Fashion* se trata de um sistema diferenciado do tradicional. Se o sistema commodity já apresenta uma especificidade significativa, o *Slow Fashion* mais ainda, pois a escolha da matéria prima é decisiva, devendo-se analisar os novos recursos e tecnologias sobre fibras e artefatos têxteis, presentes no mercado, que sejam produzidos de maneira ecológica, além do tratamento ético dos colaboradores e incentivo ao trabalhador local, tudo isso resultado na necessidade de uma coordenação mais estruturada durante todo o processo produtivo.

Considerando que Zylbersztajn (1995) chama atenção também para a relevância de se observar o ambiente formal e informal das transações, compreendendo a base de regras, leis e costumes capazes de estimular ou restringir esta atividade, é perceptível a necessidade de se consolidar ainda um ambiente institucional formal, embasado em leis e regras geradas pelo

sistema político, uma vez que não há leis nem mesmo certificações ainda que regulem e comprovem o *Slow Fashion*. Este contexto se mostra importante para orientar os agentes e contribuir para a exigência e verificação das especificidades de ativo observadas ao longo da cadeia produtiva.

Neste ponto, chama-se a atenção para a necessidade de estruturas de governanças híbridas, do tipo formal ou informal, conforme preconizada por Zylberstajn (1995) e Williamson (1985) para que assim assegure a alta especificidade do ativo – algodão para o *Slow Fashion* - ao mesmo tempo que garanta transações mais recorrentes, bem como a redução das incertezas. Logo, possibilitando a realização de investimentos específicos necessários a garantir a competitividade e coordenação da cadeia *slow*.

Posto isso, fica evidente a necessidade da configuração de estruturas de governança que gerem a competitividade desse sistema produtivo. Por outro lado, resta destacar que por ser um sistema relativamente novo, a ausência de instituições formais influenciam a formatação das transações entre os agentes. Dito de outra forma, faz-se necessário a construção de um ambiente institucional forma a fim de regular tais transações. Ora, gerando maior segurança nestas transações, a frequência e as incertezas, possivelmente existentes nestas transações, minimizam-se, possibilitando assim o investimentos de ativos especializados necessários para assegurar o alto índice de especificidade do ativo transacionado, bem como a sustentação dos custos envolvidos nas transações.

5 CONCLUSÕES

O *Slow Fashion*, a partir da percepção de uma demanda crescente dos consumidores, tem seu conceito intrinsecamente relacionado com princípios éticos, ambientais e sociais, tendo a sustentabilidade e o fair trade como pano de fundo. Assim, o movimento *Slow Fashion* consciente e incomodado com as consequências e implicações negativas que o modelo atual vigente traz, tem ganhado mais espaço e adeptos, mas ainda sim precisa coordenar devidamente a sua estrutura de governança a fim de garantir a qualidade e procedência ecológica e correta das suas transações e poder carregar todos os seus valores desde o início do sistema produtivo até o consumidor final.

Entre os valores tão mencionados do *Slow Fashion*, temos que este movimento tem o intuito de fugir da comoditização sendo um caminho alternativo, o qual aspira a valorização e aproveitamento da mão de obra local, paga de maneira justa, além do uso de matérias primas ecológica e de qualidade visando mais durabilidade e produzidas de forma mais especializada,

favorecendo aspectos culturais, éticos e locais ao invés de uma tendência rápida e com lançamentos constantes de coleções.

Sendo assim, para atender ao objetivo de revelar a relevância da coordenação da cadeia produtiva do algodão para a competitividade do *Slow Fashion*, este estudo se baseou nos fundamentos clássicos da Economia dos Custos de Transação, por meio dos quais chegou-se à principal conclusão de que o *Slow Fashion* representa uma transação altamente específica e exige minimamente uma forma híbrida de relacionamento para ser eficiente e estar com sua estrutura de governança alinhada a seus atributos, conforme o esquema arquitetado por Williamson (1985). Isso porque a escolha da matéria prima é essencial, a partir do conhecimento de sua origem, sendo produzida de forma ecológica, além do incentivo ao trabalhador local, o qual deve ser tratado de maneira ética. Tendo em vista todos estes requisitos, trata-se de um ativo específico, o qual necessita de uma coordenação mais estruturada durante todo o processo produtivo.

Assim, uma mudança significativa é demandada na organização dos atores envolvidos, na mobilização de recursos e capacidades e no gerenciamento de modo a adotar um pensamento mais estratégico que leve à eficiência desta cadeia como um todo.

Nota-se que o fenômeno *Slow Fashion* carece ainda de estudos empíricos a fim de explorar e compreender como este processo está se dando em termos de estrutura de governança. Logo, resta saber, como de fato isso ocorre empiricamente, por isso a necessidade de se ir a campo em um segundo momento visando verificar como os agentes estão se organizando para garantir que estas especificidades sejam atendidas de maneira eficiente, atingindo ao seu intuito de propor um novo estilo de vida.

Outro ponto a ser observado para melhor competitividade da cadeia, é a necessidade da inserção de redes interorganizacionais. Entende-se que as redes também podem se tornar importantes para valorização e aproveitamento da mão de obra local, matérias primas e aspectos culturais da região, até mesmo para que os diversos agentes envolvidos consigam mudar o planejamento das coleções, a produção, o calendário, valorizando produtos que vão contra o descarte rápido e que possam durar por mais tempo. Além disso, para traduzir estas informações para o consumidor, a fim de que estes exerçam seu papel de escolha por empresas que se destaquem nessa área, é essencial que haja antes uma relação de cooperação em toda a cadeia produtiva.

Portanto, uma importante sugestão de continuidade neste presente trabalho, além da coleta de dados empíricos por meio de entrevistas direcionadas aos diversos agentes do sistema agroindustrial, trata-se de buscar fundamentar a coordenação dos agentes observando os

relacionamentos verticais e horizontais a partir do aporte teórico das redes interorganizacionais.

Este estudo se mostra como relevante no atual contexto por poder contribuir significativamente para o alinhamento entre as estratégias, atributos de transação e estruturas de governança fazendo com que os valores e objetivos possam ser mais integrados e compartilhados entre os agentes do *Slow Fashion*, condição necessária para o movimento obter uma coordenação apropriada, tendo possibilidade de ser viável a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ARBAGE, A. P. **Custo de transação e seu impacto na formação e gestão de cadeia de suprimentos**: estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul. 2004. 280 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de PósGraduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- AZEVEDO, P. F. de. **Concorrência no Agribusiness**. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (Org.) *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. IN: RAMOS, P.; RAEYDON, B. P. (Org.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. ABRA, Campinas, SP, 1995.
- COASE, R. H. **The nature of the firm**. *Economica*, Vol. 4, No. 16, 1937.
- ZYLBERSZTAJN, D. Economics of networks and patterns of competition in food and agribusiness. In: *International Conference on Agri-food Chain Economics and Management*, 2003, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2003.
- CORRÊA, Cynthia C.; SILVA, Juvancir da. Cadeia Produtiva: estruturas de governança. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (XXVI ENEGEP), 26, 2006. Rio de Janeiro, RJ. **Anais... 2006**.
- FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de Sistemas Agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão e Produção**. v. 6, n.3, p. 147-161, 1999.
- FARINA, E. M. M. Q. The Latin American perspective on the impacts of the global food economy: the case of Brazil. **Paper presented at Conference on Changing Dimensions of the Food Economy: Exploring the Policy Issues**. The Hague, Netherlands, 2003.
- FARINA, E. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Editora Singular, 1997.
- FARINA, E.; ZYLBERSZTAJN, D. Economics of networks and patterns of competition in food and agribusiness. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, 2003. **Working Paper**, n. 03/027.

FLETCHER, K.; GROSE, L. **Moda & Sustentabilidade: design para mudança**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

FLEXOR, G. A globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, vol. 20, n. 2, pp. 63-95. 2006.

FURUBOTN, E. RICHTER, R. Institutions and economic theory: the contribution of the New Institutional Economics. **Ann Arbor**: The University of Michigan Press, 2000.

LIMA, Verena Ferreira Tidei de. **O prolongamento da vida útil do vestuário de moda como alternativa para a redução de seu impacto socioambiental**. 2013. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.100.2013.tde-17102014-122552. Acesso em: 05 fev.2017.

MÉNARD, C. The economics of hybrid organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 160, p. 345-376, 2004.

MÉNARD, C.; VALCESCHINI, E. New institutions for governing the agri-food industry. *European Review of Agricultural Economics*, v. 32, n. 3, p. 421-440, 2005. MERRIAM, S. B. *Qualitative Research and Case Study: applications in education*. Georgia: **Copyright**, 1998.

MORELLI, Graziela. **Paradoxos da sociedade contemporânea: O movimento Slow Fashion**. In: VII Colóquio de Moda, 2010. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/7-Coloquio-de-oda_2011/GT11/Comunicacao-Oral/CO_89746Paradoxos_da_sociedade_contemporanea_o_movimento_slow_fashion_.pdf>. Acesso em: 25 de Jun. 2016.

NEVES, M.F., CHADDAD, F.R.; LAZZARINI, S. G. **Alimentos: Novos Tempos e Conceitos na Gestão de Negócios**. São Paulo – Editora Pioneira, 123 p. 2000.

NEVES, Felipe. **“Palmas consumeristas”**. Rev. PROCON-SP, 5º Ed., maio/junho, 2007. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=2286>>. Acesso em: 25 de Jun. 2016.

PEREIRA, Dilara Rubia; NOGUEIRA, Márcia Ferreira. Moda sob uma perspectiva do slow fashion. In: COLÓQUIO DE MODA, 9., 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Capes, 2013. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/COMUNICACAO-ORAL/EIXO-1-DESIGN_COMUNICACAO-ORAL/Moda-sob-medida-uma-perspectiva-do-slow-fashion.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2017.

PINDYCK, Robert S; Rubinfeld, Daniel L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

REFOSCO, Ereany; OENNING, Josiany; NEVES, Manuela. **Da Alta Costura ao Prêt-à-porter, da Fast Fashion a Slow Fashion: um grande desafio para a Moda**. Modapalavra, Florianópolis, v. 4, n. 8, p.1-15, jul. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/7808/5376>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quaserenda na agricultura: a produção de pequena escala**. São Paulo: Annablume, Papesp, 2009.

SOUZA, M. C. M. TÊXTEIS DE ALGODÃO ORGÂNICO: UM CASO DE COORDENAÇÃO ESTRITA DESUB-SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS. **II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares** – PENSA/FEA/USP Ribeirão Preto 1999.

WILKINSON, J. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**. Estudos Sociais e Agricultura, Rio de Janeiro, 2003. 62- 87

WILLIAMSON, O. E. Comparative Economic Organization: the Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, N. 2, p. 269-296, 1991.

WILLIAMSON, O. E. Outsourcing: Transaction Cost Economics and Supply Chain Management. **Journal of Supply Chain Management**, vol. 44, n. 2, April 2008.

WILLIAMSON, O. E. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. New York: **Free Press**, 1985

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**. v. 38, p. 595-613, 2000.

WILLIAMSON, O. E. **The Theory of the Firm as Governance Structure**: from choice to contract. 2002.(Working Paper).

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do Agribusiness**: uma aplicação da Nova Economia das Instituições. Tese de livre docência apresentada no Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

ZYLBERSZTAJN, D. Measurement costs and governance: bridging perspectives of transaction cost economics. In: International Society for the New Institutional Economics – **ISNIE**, Barcelona-Espanha, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E.M.M.Q. Stricly coordinated food system: exploring the limits of coasian firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, **College Station**, v.2, n.2, p.249-265, Apr./June 1999.